

Divinópolis/MG, 10 de Agosto de 2018

Prefeito veta proposta que tornava obrigatória autorização da Câmara para parcelamento de dívidas do Diviprev

Sintram defende maior controle dos parcelamentos e pede derrubada do veto



A presidente do Sintram, Luciana Santos, diz que é preciso ter maior controle sobre os recursos do Diviprev

Foi aprovado na sessão da Câmara do dia 5 de julho, o Projeto de Lei 13/2018, de autoria do vereador Edson Sousa (MDB), que altera o parágrafo único do artigo 1º da Lei Municipal 6.140/2005, que trata do parcelamento de débitos da prefeitura com o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Divinópolis (Diviprev). De acordo com a legislação em vigor, a prefeitura pode parcelar os débitos patronais em atraso da administração direta, indireta, fundações e autarquias do Município com o Diviprev “mediante acordo com o Instituto, precedido de parecer técnico favorável dos Conselhos Fiscal e Administrativo”. Além disso, a legislação não

estabelece um limite, ou seja, a prefeitura pode parcelar quantos débitos considerar necessários.

O projeto aprovado em julho muda o parágrafo único, do artigo 1º, que passa a ter a seguinte redação: “A autorização tratada neste artigo será efetivada mediante acordo com o Instituto, precedido de parecer técnico favorável dos Conselhos Fiscal e Administrativo e mediante autorização legislativa explicitada por lei para cada novo parcelamento.” A alteração é substancial, pois o parcelamento só será efetivado após projeto de lei do Executivo pedindo autorização ser aprovado pelos vereadores.

Aprovada no último dia 5 de julho, a proposta poderia ser o primeiro passo para uma reforma do Instituto, que é necessária e urgente, conforme constatou uma comissão especial que vem trabalhando desde o ano passado. Conforme o Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Divinópolis e Região Centro-Oeste (Sintram) vem denunciando desde o ano passado, o Instituto tem uma dívida técnica perto de R\$ 1 bilhão e as aposentadorias estão aumentando, colocando a saúde financeira do instituto em risco. “Entendemos que a medida seria um passo gigantesco para mudar a relação do Diviprev com o Executivo, que hoje faz parcelamentos de dívidas indiscriminadamente, como também seria parte de uma reforma para evitar que nossa previdência continue sob risco de não ter como pagar aos aposentados em um futuro que pode estar bastante próximo”, alertou a presidente do Sintram, Luciana Santos.

VETO

O prefeito Galileu Machado (MDB), que já fez um parcelamento de débitos com o Diviprev em menos de dois anos de mandato, não concorda com a

exigência de autorização legislativa para que futuros débitos sejam parcelados. Diante disso, ele encaminhou à Câmara na semana passada, um veto total ao projeto. O veto agora será apreciado pelo plenário da Câmara, que terá a palavra final. Como a proposta foi aprovada por unanimidade pelos parlamentares presentes à sessão do dia 5 de julho, a expectativa é de que o veto seja derrubado, caso os vereadores mantenham o voto. O argumento do prefeito para o veto, é de que a proposta é inconstitucional.

A presidente do Sintram voltou a defender maior controle dos parcelamentos de dívidas com o Diviprev. Luciana Santos lembra que o instituto enfrenta uma crise financeira e que até hoje nada foi feito pelo Executivo para evitar um colapso. "Toda forma de controle com os recursos financeiros do Diviprev agora é bem vinda e necessária. No ano passado, pedimos audiência pública para discutir a questão e ficou comprovado que a dívida técnica está só aumentando e colocando em risco o futuro de nossas aposentadorias. O controle do parcelamento de dívidas é necessário, porque essa prática está se

tornando rotineira desde 2005. Esperamos que os vereadores mantenham os seus votos e façam prevalecer a soberania do Legislativo no controle e fiscalização dos recursos públicos", argumentou.

O último parcelamento feito pela prefeitura é de uma dívida de R\$ 8.100.371,88, contraída pelo governo Galileu Machado (MDB), que deixou de recolher a contribuição patronal ao Instituto desde outubro do ano passado. Foram 35 parcelas de R\$ 420 mil, incluindo juros e multa. A prefeitura já está pagando outros dois parcelamentos feitos pelo ex-prefeito Vladimir Azevedo (PSDB). Do primeiro parcelamento feito pelo ex-prefeito, a prefeitura ainda deve cinco parcelas de R\$ 120 mil, enquanto do segundo, ainda restam 28 parcelas de R\$ 72 mil. Para pagar os três parcelamentos, a prefeitura está desembolsando mensalmente alto em torno de R\$ 600 mil.

O veto do prefeito será analisado pelas Comissões da Câmara e ainda não se sabe quando será levado a plenário. Porém, de acordo com a legislação, o prazo para apreciação do veto vence no dia 29 deste mês. Se não for votado até esta data, a pauta da Câmara será trancada automaticamente.

Reajuste salarial para ministros do STF terá impacto anual de R\$ 243 milhões

O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão estimou em R\$ 243,1 milhões por ano o impacto orçamentário, no Poder Executivo, do aumento salarial dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Por mês, a despesa terá um acréscimo de R\$ 18,7 milhões.

Na quarta-feira (8) o Supremo aprovou, por 7 votos a 4, reajuste de 16% no salário dos ministros da Corte, para 2019. Atualmente o salário é de R\$ 33,7 mil e passará para R\$ 39,3 mil por mês, caso seja aprovado pelo Congresso Nacional. O subsídio dos ministros é o valor máximo para pagamento de salários no serviço público.

O cálculo do ministério não inclui o efeito cascata nos vencimentos de servidores do Judiciário e do Legislativo, que têm suas próprias folhas de pagamento. "Atualmente, 5.773 servidores têm remuneração superior ao teto de R\$ 33.763 [teto

constitucional] e sofrem descontos em seus contracheques com a aplicação do Artigo 42 da Lei 8.112/90 (abate-teto)", informou o ministério, por meio de nota.

Se considerado o "efeito cascata" nos demais poderes e também nas unidades da federação, as despesas podem aumentar em até R\$ 4 bilhões, segundo projeções de técnicos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Somente no Judiciário, o impacto seria de R\$ 717 milhões ao ano.

Ainda de acordo com o Ministério do Planejamento, o reajuste do teto também vai provocar aumento nos salários de presidente da República, vice-presidente e ministros, que têm as suas remunerações fixadas pelo Congresso Nacional com base no teto. A elevação do gasto na folha de pagamento, nesse caso, seria de mais R\$ 7 milhões por ano.

Como foi o primeiro debate dos candidatos à presidência da República?



A Band realizou na noite desta quinta-feira (9) o primeiro debate da eleição de 2018 com candidatos à Presidência da República. O encontro teve início às 22 horas e durou pouco mais de três horas. Oito candidatos participaram: Alvaro Dias (Podemos), Cabo Daciolo (Patriota), Ciro Gomes (PDT), Geraldo Alckmin (PSDB), Guilherme Boulos (Psol), Henrique Meirelles (MDB), Jair Bolsonaro (PSL) e Marina Silva (Rede). No início da transmissão, os candidatos posicionaram-se em pé, com exceção de Bolsonaro, que permaneceu sentado.

O jornalista Ricardo Boechat explicou ao telespectador que o ex-presidente Lula havia sido convidado, mas não teve autorização judicial para deixar a carceragem da Polícia Federal em Curitiba, onde está preso por corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

O nome de Lula foi mencionado apenas três vezes durante o debate. Em sua primeira intervenção, Guilherme Boulos se apresentou dando boa noite a Lula, “preso em Curitiba, enquanto Temer está solto em Brasília”.

A segunda menção ao ex-presidente foi feita por Henrique Meirelles, que perguntava a Geraldo Alckmin sobre a posição do tucano em relação ao programa Bolsa Família, chamado pelo PSDB de “Bolsa Esmola”, segundo o ex-ministro. Também foi Meirelles quem mencionou Lula pela terceira e última vez durante o debate, quando falou sobre sua participação no governo do petista.

O juiz federal Sérgio Moro foi mencionado por Alvaro Dias. O candidato do Podemos afirmou que, se for eleito, convidará Moro para ser ministro da Justiça. Moro também foi citado por Ciro Gomes. O pedetista criticou o juiz por receber auxílio-moradia. A operação Lava Jato esteve mais presente nas falas de Alvaro Dias, cujo eixo do discurso baseia-se em uma proposta de refundação da República.

O tema do feminismo foi timidamente abordado por Marina Silva, em comentários sobre o mau serviço no sistema de saúde, que prejudicaria mais as mulheres, segundo a candidata. Alvaro Dias também falou em valorização das mulheres, e mencionou a presidente de seu partido como exemplo. A média de idade dos oito candidatos presentes no debate é de 59 anos. O postulante mais novo é Guilherme Boulos, com 36

anos. Alvaro Dias é o presidenciável mais velho, com 73. Marina Silva é a única mulher e negra entre os candidatos. Economia foi o tema predominante. A aliança de Alckmin com o Centrão foi alvo mais de uma vez.

Leia trechos do que disseram os candidatos no debate da Band.

JAIR BOLSONARO

O candidato Jair Bolsonaro (PSL) foi alvo de Guilherme Boulos (Psol), que o chamou de racista, machista e homofóbico. O líder do MTST também questionou Bolsonaro sobre o uso de funcionários fantasmas e o recebimento de auxílio-moradia. O ex-capitão do Exército negou irregularidades. Bolsonaro também foi perguntado sobre a diferença salarial entre homens e mulheres. Defendeu que o Estado não deve interferir. E finalizou: “Brevemente, nós vamos querer um salário igual ao delas”.

GERALDO ALCKMIN

O tucano Geraldo Alckmin defendeu a reforma trabalhista feita pelo governo Temer: “Acabamos com essa excrescência de imposto sindical”. Disse que corrigirá o FGTS pela Taxa de Longo Prazo (TLP). Propôs a abertura do mercado para aumentar a competitividade entre os bancos e baixar os juros. Também falou em reverter a arrecadação do Pasep e do Cofins para investir em saneamento básico.

MARINA SILVA

A líder da Rede, Marina Silva, falou de si própria, das dificuldades que enfrentou para ajudar a alimentar sua família, disse que foi analfabeta até os 16 anos. Foi escolhida pela jornalista Lana Canepa para comentar uma pergunta sobre a legislação referente ao aborto. Defendeu o que já está previsto na lei e disse que se houver necessidade de mudança, que seja por meio de um plebiscito.

CIRO GOMES

O ex-governador do Ceará repetiu uma de suas bandeiras da campanha. Disse que vai limpar o nome de mais e 60 milhões de brasileiros endividados. Também falou que retomará 7 mil obras que estão

paradas. **Ciro criticou os bancos. Para a questão da Previdência, propôs um novo regime de capitalização.**

ALVARO DIAS

O candidato Alvaro Dias falou de sua experiência anterior na política e sustentou um discurso ancorado na refundação da República. Falou contra a corrupção e defendeu a Lava Jato como política de estado permanente. Disse que, se for eleito, convidará o juiz federal Sérgio Moro para ser ministro da Justiça.

GUILHERME BOULOS

O líder do MTST, Guilherme Boulos, chamou os outros candidatos de “50 tons de Temer”. Disse que Bolsonaro foi expulso do Exército por tentar explodir uma bomba. O candidato do PSL teve direito de resposta e negou ter sido expulso.

Em suas intervenções, lembrou Marielle Franco, vereadora assassinada no Rio de Janeiro em março. Criticou os banqueiros e o candidato Henrique Meirelles, a quem chamou de “raposa cuidando do galinheiro”. E afirmou que fará uma reforma tributária com a taxação de grandes fortunas e a tributação de lucros e dividendos

HENRIQUE MEIRELLES

O candidato do MDB ao Planalto, fez um discurso lembrando as passagens que teve nos governos Lula e Temer. Intitulou-se como o candidato do emprego, da renda e do crescimento econômico. Ao responder às críticas de Boulos, disse ser uma pessoa honesta e não ter nenhum processo contra si.

CABO DACIOLO

As intervenções do candidato do Patriota frequentemente faziam alusão a figuras religiosas. O deputado evangélico chegou a ler uma passagem da Bíblia. Cabo Daciolo afirmou que há provas de que as urnas eletrônicas são fraudadas. Chegou a discursar contra o comunismo. Também disse que baixará o preço do combustível em 50%. Negou que o Brasil passe por uma crise fiscal. E disse que o grande problema da nação é a falta de amor.

Fonte: Bandnews

Brasil deixou de arrecadar mais de R\$ 345 bilhões por sonegação em 2018



Somente neste ano, o Brasil já deixou de arrecadar até agora R\$ 345 bilhões por causa da sonegação de imposto, aponta o Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz). “O trabalhador assalariado é a maior vítima deste crime”, disse o presidente do sindicato, Achilles Frias.

O cálculo é atualizado em tempo real pelo site do Sonegômetro, iniciativa criada pelo Sinprofaz. O instrumento de medição faz parte de um programa de responsabilidade social da entidade em funcionamento desde 2009.

Segundo o presidente do sindicato, a sonegação facilita o caixa dois e, conseqüentemente, a corrupção. “Combatendo a sonegação o cidadão combate também a corrupção. Eles andam de mão dadas”, disse. “Isso é dinheiro que poderia estar sendo revertido em saúde, educação e segurança pública”, acrescenta o dirigente.

Para efeito de comparação, o governo prevê para este ano, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovada em julho pelo Congresso, um rombo de 189,1 bilhões.

Achilles Frias defende ainda que uma forma de solucionar o problema é fazer uma reforma tributária

O SINTRAM INFORMA:

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) de Minas Gerais abriu inscrições nesta segunda-feira (6) para o concurso público que irá selecionar 35 servidores. Os interessados poderão inscrever-se no site do Cespe até às 18h do dia 4 de setembro. Todas as vagas são para o cargo de analista de controle externo e a remuneração inicial é de R\$ 7.165,87 para uma carga horária de 30 horas semanais.

Para concorrer, é necessário ter formação superior em administração, ciências atuariais, ciências contábeis, ciência da computação, sistemas de informática, engenharia da computação, engenharia de software, computação, ciências econômicas, direito ou qualquer outra engenharia.

e fortalecer os órgãos responsáveis pelo combate, como a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Ele afirma, porém, que não vê interesse em melhorar a situação.

O combate à sonegação é uma das principais bandeiras levantadas pelo Sinprofaz. Para Achilles, o valor elevado vem de grandes sonegadores, mas tem impacto direto nos trabalhadores.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Por causa desse problema, o sindicato defende uma reforma tributária que diminua a cobrança de imposto sobre o consumo e incide mais sobre a renda e patrimônio. “O que se fala em grande carga tributária no Brasil é um mito, porque ele está na média dos países desenvolvidos. O grande problema no Brasil é a composição da carga tributária”, acrescentou Achilles.

O procurador diz acreditar, por outro lado, que o país está longe de aprovar uma mudança efetiva nas regras de tributação. “A ideia, com essa composição atual, é gerar ineficiência fiscal e injustiça social. Infelizmente, não há interesse em mudar esse quadro”, disse.

O presidente do Sinprofaz cita ainda o exemplo de países desenvolvidos que, segundo ele, apresentam uma composição tributária mais justa. “Os tributos sobre consumo correspondem a 80% da arrecadação nacional, enquanto renda e patrimônio respondem por 20%. Nos países desenvolvidos ocorre o inverso”, finaliza Achilles Frias.

Fonte: Congresso em Foco

Terceirização precariza as relações de trabalho no país, afirmam participantes de audiência pública



A flexibilização das regras de terceirização implementada pela reforma trabalhista precariza as relações de trabalho no país, apontaram os participantes da audiência pública realizada pela Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho nesta quinta-feira (9). A subcomissão funciona no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e a reunião faz parte do ciclo de debates sobre a SUG 12/2018, de iniciativa do senador Paulo Paim (PT-RS).

Para o senador, a Lei 13.467, de 2017, desregulamenta a terceirização e gera um efeito negativo nas relações de trabalho, inclusive na média salarial. “Os novos contratados recebem remunerações menores até que o salário mínimo. Como podemos retomar o consumo e reforçar a política de emprego se a renda da população diminui cada vez mais?!” indagou Paim.

Segundo o sindicalista Sérgio Luiz Leite, primeiro secretário-geral da Força Sindical, o governo dizia que

a reforma trabalhista serviria para modernizar as relações de trabalho, trazer segurança jurídica e gerar emprego. Porém, acontece exatamente o contrário, na sua avaliação. “Precisamos combater essa terceirização que visa ocupar um trabalhador quase sem direitos em troca de um trabalhador formal que trabalhava diretamente para a empresa”, reivindicou.

De acordo com Anna Taboas, membro do Movimento dos Advogados Trabalhistas Independentes do Rio de Janeiro, a terceirização no Brasil representa precarização, pois as jornadas são excessivas e a mão de obra é desqualificada. “O empregado não tem jornada flexível e variada como o terceirizado. Os planos de saúde oferecidos e o local de refeição, por exemplo, não é o mesmo. Ou seja, o terceirizado e o empregado exercem a mesma função, mas têm direitos diferentes. Além disso, nas audiências, as empresas alegam não saber se o terceirizado trabalhou na instituição e jogam a responsabilidade para a empresa terceirizada”, explicou.

A pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit), Marilane Teixeira, apresentou dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) segundo os quais, entre novembro de 2017 e junho de 2018, o mercado de trabalho formal movimentou mais de 19 milhões de pessoas, sendo 9.672.329 admitidos e 9.669.103 desligados. “Nesse período, as formas de dispensa estão distribuídas em 58% desligamentos sem justa causa, 22% por pedidos de demissão e 1%, que corresponde a 80 mil pessoas, por desligamentos por acordo. Acontece que as homologações estão sendo feitas dentro da empresa. Assim, não refletem a verdade”, declarou.

O presidente da Federação Nacional dos Servidores dos Órgãos Públicos Federais de Fiscalização, Investigação, Regulação e Controle (Fenafirc), Ogib de Carvalho Filho, também mencionou dados do Caged, de acordo com os quais o Brasil só criou empregos formais com remuneração de até dois salários mínimos em 2018. “Rapidamente, o reflexo disso vai ser a alegação de que não se tem dinheiro suficiente para a aposentadoria. Isso só interessa a quem quer capital, não interessa ao trabalhador”, disse Ogib.

Os debatedores ainda apontaram os dados do IBGE pelos quais mais de um milhão de pessoas deixaram de contribuir com a Previdência Social em 2017.

Fonte: Agência Senado

O SINTRAM INFORMA:

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado aprovou nesta quarta-feira (8) o PLC 17/2018 que torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil.

Pelo texto, o curso deverá ser ofertado anualmente, para fins de capacitação ou reciclagem, devendo ser ministrado nos estabelecimentos públicos por entidades municipais ou estaduais especializadas em práticas de auxílio imediato e emergencial e, nos estabelecimentos privados, por profissionais habilitados.

O relator, senador Paulo Paim (PT-RS), votou pela aprovação do projeto. Ele afirmou que a escola também precisa oferecer proteção às crianças e adolescentes, sendo imprescindível a presença de funcionários aptos para atuar em casos de urgência ou emergência que comprometam a integridade física de algum estudante.

Paim votou pela rejeição do PLS 70/2018, do senador Cassio Cunha Lima (PSDB-PB), que tramitava em conjunto com a matéria. O PLC 17/2018 segue ao Plenário, com pedido de urgência aprovado pela CAS.